Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 2657B-036-PB

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas da
Packduque Indústria de Plásticos Ltda.
Valinhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Packduque Indústria de Plásticos Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Packduque Indústria de Plásticos Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

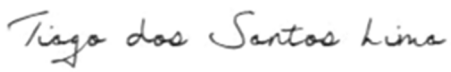
© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Packduque | GTB54642

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP-268.549/O-6

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Packduque | GTB54642

Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.680	24.524
Contas a receber	5	88.819	50.991
Estoques	6	55.410	54.647
Tributos a recuperar	7	24.243	19.247
Imposto de renda e contribuição social	7	4.543	4.068
Adiantamentos	8	3.746	1.604
Outros contas a receber	-	568	568
Total do ativo circulante		**204.009**	**155.649**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	-	204	215
Partes relacionadas	20	40.455	24.580
Imobilizado	9	24.908	23.225
Total do ativo não circulante		**65.567**	**48.020**
Total do ativo		**269.576**	**203.669**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	280.240	208.238
Empréstimos e financiamentos	11	7.781	4.286
Obrigações trabalhistas	12	2.378	1.826
Obrigações tributárias	13	10.509	9.724
Outros passivos	-	4.537	2.564
Total do passivo circulante		**305.445**	**226.638**
Passivo não circulante			
Empréstimos financiamentos	11	121	293
Obrigações tributárias	13	28.985	35.917
Partes relacionadas	20	48.147	45.058
Provisão para demandas judiciais	14	351	519
Total do passivo não circulante		**77.604**	**81.787**
Patrimônio líquido			
Capital social	15	99	99
Prejuízos acumulados	-	(113.572)	(104.855)
Total do patrimônio líquido		**(113.473)**	**(104.756)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**269.576**	**203.669**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de vendas	**16**	**295.786**	**230.180**
Custo dos produtos vendidos	17	(271.913)	(205.769)
Lucro bruto		**23.873**	**24.411**
(Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(30.314)	(21.304)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18	1.430	152
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(5.011)**	**3.259**
Receitas financeiras	19	4.396	2.385
Despesas financeiras	19	(8.245)	(5.759)
Variação cambial, líquida	19	143	139
Resultado financeiro líquido		**(3.706)**	**(3.235)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(8.717)**	**24**
Tributos sobre o lucro	20	-	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(8.717)**	**24**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(8.717)**	**24**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(8.717)**	**24**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Prejuizos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (revisado e não auditado)		**100**	**(104.879)**	**(104.779)**
Redução de capital por meio de saída sócio	15 a)	(1)	**-**	**(1)**
Lucro líquido do exercício	-	-	24	**24**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**99**	**(104.855)**	**(104.756)**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(8.717)	**(8.717)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**99**	**(113.572)**	**(113.473)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Packduque Indústria de Plásticos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(8.717)**	**24**
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais			
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	5	62	520
Depreciação e amortização	9	1.709	1.066
(Reversão) provisão para demandas judiciais	14	(168)	320
Baixa de ativo imobilizado	9	1.198	101
Total		**(5.916)**	**2.031**
(Aumento) redução das contas do ativo			
Contas a receber	-	(37.890)	(6.164)
Estoques	-	(763)	(26.206)
Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social	-	(5.471)	(3.664)
Adiantamentos e outros contas a receber	-	(2.142)	(1.204)
Depósitos judiciais	-	11	(130)
Aumento (redução) das contas do passivos			
Fornecedores	-	72.002	64.932
Obrigações trabalhistas e obrigações tributárias	-	(5.595)	(8.012)
Outros passivos	-	1.973	1.172
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**16.209**	**22.755**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11	(3.974)	(633)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**12.235**	**22.122**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(4.590)	(13.080)
Partes relacionadas	-	(15.875)	(887)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(20.465)**	**(13.967)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	80.765	17.468
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(73.468)	(13.918)
Partes relacionadas	-	3.089	1.574
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**10.386**	**5.124**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**2.156**	**13.279**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	24.524	11.245
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	26.680	24.524
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**2.156**	**13.279**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Empresa") é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, localizada na Rua Laerte de Paiva, 130-A, bairro Macuco, município de Valinhos, São Paulo. A Empresa foi constituída em 24 de setembro de 2005.

A Empresa possui como controlador e beneficiário final o seu sócio Peter Reiter, que possui 67% das quotas do seu capital social, e faz parte de um grupo empresarial a Packingroup (vide detalhes na Nota Explicativa nº 20).

O objeto da Empresa é a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos termoplásticos bem como, a prestação de serviços concernentes ao ramo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 11 de maio de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 – Políticas contábeis materiais.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e moeda estrangeira

A moeda funcional da Empresa é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R$) ("moeda funcional") usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, cujos itens são mensurados. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com ativos e passivos financeiros, incluindo também empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado, como "Variações cambiais, líquidas".

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5);
- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9); e
- Provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14).

A Administração da Empresa não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, deduzidas de eventual provisão para redução ao valor recuperável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda esperada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A Empresa considerar para fins de risco de crédito fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo os parâmetros qualitativos, a Empresa considera aumentado o risco de recebimento de títulos vencidos a mais de 180 dias. Avalia ainda o potencial impacto de perda sobre os títulos a vencer para cálculo das provisões para perda de crédito esperada que considera o volume de faturamento e histórico de perdas efetivas de anos anteriores.

3.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração
A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** ao custo amortizado, **(b)** mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e **(c)** mensurados ao valor justo por meio do resultado.
A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Empresa **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Empresa **(i)** tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Empresa optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria**.**

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica “resultado dos instrumentos financeiros derivativos”, para os instrumentos derivativos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Empresa de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou em outro tipo de reorganização financeira, “*default*” ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com “*defaults*”.

e) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

f) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída uma perda estimada para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

3.5. Imobilizado

3.5.1. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados;
- Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento; e
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

3.5.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo será medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.5.3. Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A vida útil estimada das várias categorias de ativos identificadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto. Nas demonstrações contábeis de 2025, não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil correspondente ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências, divulgadas na Nota Explicativa nº 14, são classificadas como:

- **Prováveis**: para as quais são constituídos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- **Possíveis**: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas**: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.10. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Empresa não mantém planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes pós-saída da Empresa.

O reconhecimento da participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável e aprovado pela Administração da Empresa.

3.11. Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeitos relevantes.

3.12. Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

As receitas são mensuradas com base na contraprestação a que a Empresa espera ter direito, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, tais como tributos incidentes sobre vendas, bem como descontos incondicionais, devoluções de vendas e outros abatimentos concedidos aos clientes, os quais são reconhecidos como deduções da receita bruta no período em que ocorrem.

a) Receita de vendas de produtos

O reconhecimento da receita ocorre quando: **(i)** mercado nacional, o controle é transferido ao cliente, em geral, no momento da entrega física dos produtos ou conforme a cláusula de entrega pactuada nos contratos (por exemplo, local de entrega acordado), ocasião em que o cliente passa a ter a capacidade de direcionar o uso e obter substancialmente todos os benefícios econômicos dos produtos; e **(ii)** exportação, o reconhecimento da receita ocorre no momento da transferência do controle, conforme os *Incoterms* aplicáveis a cada operação, normalmente quando os produtos são entregues ao transportador indicado ou embarcados, a depender da modalidade contratual, desde que não haja obrigações de desempenho adicionais relevantes a serem satisfeitas pela Empresa.

Não existem obrigações de desempenho adicionais relevantes associadas às vendas de produtos, tampouco componentes significativos de financiamento, uma vez que os prazos de recebimento praticados são compatíveis com as condições usuais de mercado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social (corrente)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente para as empresas do tributadas pela sistemática do Lucro Real e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social – Correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.14. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas contábeis e alterações a normas existentes entrarão em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito a seguir. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas na preparação das presentes demonstrações contábeis:

Futuros requerimentos **Data efetiva**	**Novas normas ou alterações**
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40
1º de janeiro de 2026	*Annual Improvements to* IFRS *Accounting Standards* – Volume 11
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 (CPC 51) *'Presentation and Disclosure in Financial Statements'*

Na avaliação inicial da Administração, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa decorrentes da adoção dessas novas normas e alterações, considerando a natureza de suas operações e o atual estágio de aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, relativas à ausência de conversibilidade, visam estabelecer orientações específicas para situações em que uma entidade não consegue converter determinada moeda em outra moeda de forma plena, devido a restrições legais ou regulatórias, definindo critérios para mensuração e divulgação nessas circunstâncias.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação têm como objetivo esclarecer e refinar aspectos relacionados à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros, incluindo exigências adicionais de divulgação, com foco na melhoria da qualidade das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis.

***Annual Improvements to* IFRS *Accounting Standards* – Volume 11** compreende ajustes pontuais e esclarecimentos a normas já existentes, resultantes de revisões periódicas dos pronunciamentos internacionais, sem introduzir novos princípios contábeis relevantes, mas buscando eliminar ambiguidades e melhorar a consistência das normas.

IFRS 18 (CPC 51) – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* substituirá o atual CPC 26 e introduz mudanças relevantes na estrutura e na apresentação das demonstrações contábeis, especialmente na Demonstração do Resultado do Exercício, estabelecendo novos subtotais obrigatórios e critérios mais claros de agrupamento e divulgação de informações, com o objetivo de aumentar a transparência e a comparabilidade entre as entidades.

Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para a esfera federal e a ampliação da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira.

O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	99	602
Aplicações financeiras	26.581	23.922
Total	**26.680**	**24.524**

O caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades mantidas pela Empresa, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e sem penalidade no resgate, com modalidade compromissada, apresentaram rendimento de 85% a 90% do CDI, CDB e Letra Direta 102,5% do CDI em 2025 e 2024.

5. Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes nacional	52.094	40.934
Contas a receber de clientes exterior	21.298	3.223
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 20)	16.626	7.971
Total	**90.018**	**52.128**
(-) Perda Esperada em Crédito de liquidação Duvidosa - PECLD	(1.199)	(1.137)
Total	**88.819**	**50.991**

a) Idade do saldo de contas a receber de clientes

Abertura por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
A vencer	**61.907**	**49.201**
Vencidos		
Até 30 dias	7.768	1.483
De 31 a 60 dias	7.463	28
De 61 a 90 dias	2.365	171
De 91 a 360 dias	9.080	-
Acima de 360 dias **(a)**	1.435	1.245
Total	**28.111**	**2.927**
Total	**90.018**	**52.128**

(a) A Empresa possui contas a receber com terceiros e partes relacionadas (Nota Explicativa nº 20), os quais o prazo médio de vencimento é de cerca de 180 dias após a emissão. A Administração da Empresa julgou como não necessário o registro de perda esperada em créditos de liquidação duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

b) Movimentação da PECLD

A Empresa registra a perda esperada em créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

Segue a movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo inicial	**(1.137)**	**(617)**
Adições	(260)	(1.371)
Reversão	198	851
Saldo final	**(1.199)**	**(1.137)**

6. Estoque

	2025	2024
Matéria-prima	36.825	39.130
Produto acabado	18.585	15.517
Total	**55.410**	**54.647**

7. Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
PIS e Cofins a recuperar	12.532	10.527
IPI a recuperar	9.499	6.216
ICMS a recuperar	2.211	2.503
Outros tributos a recuperar	1	1
Total tributos a recuperar	**24.243**	**19.247**
IRPJ a recuperar	3.237	2.763
CSLL a recuperar	1.306	1.305
Total Imposto de renda e contribuição social	**4.543**	**4.068**
Total	**28.786**	**23.315**

8. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores nacionais **(i)**	3.685	1.554
Adiantamento a funcionários	61	50
Total	**3.746**	**1.604**

(i) Os adiantamentos a fornecedores correspondem a pagamentos antecipados relacionados a aquisições de bens e serviços, sendo apropriados mediante abatimento dos respectivos saldos a pagar aos fornecedores quando da entrega dos bens ou da prestação dos serviços contratados.

9. Imobilizado

Descrição	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2025	2024
Máquinas e equipamentos	10%	28.275	(8.224)	20.051	5.307
Móveis e utensílios	10%	811	(571)	240	269
Computadores e periféricos	20%	1.459	(1.138)	321	383
Edificações	4%	976	-	976	49
Veículos	20%	3.494	(1.501)	1.993	1.768
Marcas e patentes	10%	8	(1)	7	8
Instalações	10%	30	(1)	29	-
Imobilizado em andamento	-	1.291	-	1.291	15.441
Total		**36.344**	**(11.436)**	**24.908**	**23.225**

a) Movimentação

Descrição	2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2025
Equipamentos	5.307	2.040	(1.198)	14.762	(859)	20.052
Móveis e utensílios	268	8	-	-	(36)	240
Computadores e periféricos	384	107	-	-	(170)	321
Edificações	49	829	-	98	-	976
Veículos	1.768	867	-	-	(642)	1.993
Marcas e patentes	8	-	-	-	(1)	7
Instalações	-	30	-	-	(1)	29
Imobilizado em andamento	15.441	709	-	(14.860)	-	1.290
Total	**23.225**	**4.590**	**(1.198)**	**-**	**(1.709)**	**24.908**

Descrição	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Equipamentos	3.855	1.957	(36)	(469)	5.307
Móveis e utensílios	279	25	-	(36)	268
Computadores e periféricos	457	111	-	(184)	384
Edificações	49	-	-	-	49
Veículos	1.447	763	(65)	(377)	1.768
Marcas e patentes	8	-	-	-	8
Imobilizado em andamento	5.217	10.224	-	-	15.441
Total	**11.312**	**13.080**	**(101)**	**(1.066)**	**23.225**

10. Fornecedores

a) Composição

	2025	2024
Fornecedores - Nacionais	15.424	16.527
Fornecedores - Exterior	163	2.503
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 20) **(i)**	264.653	189.208
Total	**280.240**	**208.238**

(i) As operações com essas partes relacionadas referem-se, substancialmente, ao fornecimento de insumos e materiais utilizados no processo produtivo da Empresa.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	2025	2024
Em moeda nacional			
Financiamento Carnival	04/10/2025	-	103
Financiamento Bradesco 237/3389/3843	09/01/2025	-	16
Financiamento Bradesco 237/3389/3099	25/05/2026	51	162
Arrendamento Santander	10/12/2027	242	363
Financiamento Volkswagen	13/12/2026	40	-
Fundo Bucarest	31/12/2026	7.569	3.935
Total		**7.902**	**4.579**
Passivo circulante		7.781	4.286
Passivo não circulante		121	293
Total		**7.902**	**4.579**

A taxa média das operações referente aos empréstimos e financiamentos contratados em 2025 é de 2,5% a.m. (2,2% a.m. em 2024)

Movimentação dos empréstimos

	Carnival	Bradesco	Santander	Volkswagen	Fundo Bucarest	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**103**	**178**	**363**	**-**	**3.935**	**4.579**
Captação	-	-	-	81	80.684	**80.765**
(-) Amortização de principal	(103)	(111)	(89)	(41)	(73.124)	**(73.468)**
(-) Amortização de juros	-	(16)	(32)	-	(3.926)	**(3.974)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**51**	**242**	**40**	**7.569**	**7.902**

Garantias

Não foi oferecido nenhum ativo e/ou aval dos sócios como garantia para pagamentos dos empréstimos e financiamentos.

12. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Salários e encargos sociais a pagar	642	485
Provisão de férias e encargos sociais	1.736	1.341
Total	**2.378**	**1.826**

13. Obrigações tributárias

	2025	2024
IRRF a recolher	149	104
INSS retido	26	14
ISS retido	10	4
PIS/Cofins/CSLL retido	5	7
Obrigações tributárias	**190**	**129**
Parcelamento IRPJ e CSLL **(a)**	2.551	3.264
Parcelamento PERT - Mp 783/2017 - PGFN **(b)**	33.455	38.378
Parc. Lei Pert-Mp nº 766/2017 **(c)**	3.238	3.699
Parcelamento IPI - PIS - Cofins 2020	-	100
Outros parcelamentos	60	71
Parcelamentos	**39.304**	**45.512**
Circulante	10.509	9.724
Não circulante	28.985	35.917
Total	**39.494**	**45.641**

a) Parcelamento IRPJ e CSLL

Com intuito de regularização dos valores em aberto de IRPJ e CSLL dos anos de 2021 e 2022, a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário em 2021 em 60 prestações e 2022 em 06 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) foi de R$ 4.692 e R$ 694, dos anos de 2021 e 2022, respectivamente.

b) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em outubro de 2017, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pelas Medidas Provisórias nº 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 7,5% (sete e meio por cento) da dívida consolidada em 05 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

Em outubro de 2017, com a conversão da referida Medida Provisória na Lei nº 13.496/2017, alterada pela Medida Provisória nº 807/2017, publicada em 31 de outubro de 2017, a Empresa migrou para a modalidade de pagamento em espécie de 5% (cinco por cento) da dívida consolidada em 05 prestações mensais e sucessivas. As demais condições permaneceram inalteradas.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) é R$ 99.628 e 6.662. Para o valor total da dívida, houve uma redução de 40% de multas e 68% dos juros.

c) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em setembro de 2017 a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pelas Medidas Provisórias nº 766/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 7,5% (sete e meio por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) é R$:6.662 com redução de 47% de multas e 76% dos juros.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

A seguir, estão demonstrados os valores estimados para o desembolso anual:

	Total
2027	**10.320**
2028	**9.073**
2029	**8.909**
2030	**683**
Total	**28.985**

14. Provisões para demandas judiciais

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributário, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:

	2025	2024
Trabalhistas	351	519
Total	**351**	**519**

A movimentação da provisão no exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(519)**
Reversão de provisão para demandas judiciais	168
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(351)**

Contingências de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Tais processos representam o montante de R$ 209 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 249 em 2024).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado no valor nominal de R$ 1 (um real) cada uma, pertencentes na sua totalidade por quotistas sediados no Brasil.

	2025	2024
Capital social	99	99
Total	**99**	**99**

b) Alteração do capital social

Em 2024, os herdeiros do Sr. Salomão Gorenzavaig (espólio), resolveram se retirar da Sociedade aos quais detinham apenas 1%.

16. Receita líquida de vendas

	2025	2024
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos - Mercado interno	354.188	305.223
Venda de produtos - Mercado externo	50.642	12.136
Total	**404.830**	**317.359**
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas	(98.898)	(78.521)
Devoluções e descontos	(10.146)	(8.658)
Total	**(109.044)**	**(87.179)**
Total	**295.786**	**230.180**

17. Custos e despesas por natureza

A Empresa apresenta custos e despesas baseada em sua função, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024
Materiais diretos (matéria-prima, embalagem)	(243.152)	(181.636)
Pessoal	(22.896)	(17.474)
Despesas comerciais	(20.783)	(11.960)
Outros gastos	(907)	(2.036)
Serviços de terceiros	(4.066)	(3.524)
Energia elétrica	(3.259)	(3.504)
Depreciação	(1.709)	(1.066)
Aluguel	(1.613)	(1.136)
Manutenção de máquinas	(974)	(644)
Impostos e taxas	(599)	(758)
Combustíveis e lubrificantes	(256)	(253)
Material de consumo	(240)	(266)
Despesas com viagens	(63)	(197)
Perda Esperada em Crédito de liquidação Duvidosa (PECLD)	(62)	(520)
Provisão para demandas judiciais	168	(320)
Outras despesas administrativas	(1.816)	(1.779)
Total	**(302.227)**	**(227.073)**
Representado por		
Custo dos produtos vendidos	(271.913)	(205.769)
Despesas gerais e administrativas	(30.314)	(21.304)
Total	**(302.227)**	**(227.073)**

18. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros ativos	166	88
Rendimento de aplicação financeira	2.886	991
Descontos recebidos	190	3
Resultado com instrumento financeiro derivativo	54	279
Atualização Selic	1.100	1.024
Total	**4.396**	**2.385**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(3.559)	(3.771)
Descontos concedidos	(332)	(1.060)
Resultado com instrumento financeiro derivativo	(162)	(208)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.974)	(698)
Carta fiança	(204)	-
IOF	(14)	(22)
Total	**(8.245)**	**(5.759)**
Variação cambial, líquida		
Variação cambial ativa	336	1.062
Variação cambial passiva	(193)	(923)
Total	**143**	**139**
Resultado financeiro líquido	**(3.706)**	**(3.235)**

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(8.717)**	**24**
Adições e (exclusões)	(713)	(878)
Total	**(713)**	**(878)**
Base de cálculo	**(9.430)**	**(854)**
CSLL - 9%	-	-
IRPJ - 15% + 10% adicional	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	**-**

A Companhia possui prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL acumulados no montante de R$ 116.078 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 106.648 em 2024), os quais não possuem prazo prescricional para compensação, observados os limites legais de compensação de 30% do lucro tributável anual.

Em razão do histórico de resultados negativos e da ausência, até a presente data, de evidências suficientes de geração de lucros tributáveis futuros em montante capaz de suportar a realização desses créditos, a Administração optou por não reconhecer ativo fiscal diferido sobre referidos prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

20. Partes relacionadas

20.1. Saldos de balanços

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	2025	2024
Ativo circulante - contas a receber (Nota Explicativa nº 5)		
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europack")	5.482	3.169
Europackne Nordeste Ind. e Com. de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europackne")	-	16
Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. ("Guanapack")	1.067	71
Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Norpack")	-	-
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Patena")	380	19
Prismapack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Prismapack")	616	
Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film")	9.081	4.696
Total	**16.626**	**7.971**
Ativo não circulante - Mútuo		
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda.	765	-
Peter Reiter	33.890	18.759
PRH - Representações e Comércio Ltda.	-	21
SASU Empreendimentos Participações Ltda.	5.800	5.800
Total	**40.455**	**24.580**

	2025	2024
Passivo circulante - Fornecedores (Nota Explicativa nº 10)		
EPA Empresa de Plásticos da Amazônia Ltda.	139.316	108.542
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda.	10	-
Europackne Nordeste Industria e Comercio Termoplásticos Ltda.	2.492	2.491
Guanapack Industria de embalagens Plásticas Ltda.	64.708	52.126
Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda.	17.685	9.588
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.	31.003	15.378
Prismapack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda.	4.238	-
Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	5.201	1.083
Total	**264.653**	**189.208**

Passivo circulante - Mútuo		
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda.	-	-
Guanapack Industria de embalagens Plásticas Ltda.	44.960	44.758
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.	3.187	300
Total	**48.147**	**45.058**

20.2. Saldos de resultado

Os resultados nas transações da Empresa com partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Vendas (a)	Compras	Vendas (a)	Compras
E.P.A.	3	138.114	1	108.297
Europack	2.865	10	3.169	6.345
Europackne	10	-	187	45
Guanapack	2.190	76.076	1.172	74.972
Norpack	-	9.694	121	13.204
Patena	2.181	25.389	207	19.278
Prismapack	1.008	13.723	-	1.121
Soft Film	17.618	25.122	15.397	1.083
Total	**25.875**	**288.128**	**20.254**	**224.345**

(a) Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Fatores de risco financeiro

(a) Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2025 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, cujos valores contábeis correspondem aos valores de realização.

	2025	2024
Ativos financeiros - custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	26.680	24.524
Clientes	88.819	50.991
Adiantamentos	3.746	1.604
Total	**119.245**	**77.119**

	2025	2024
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	280.240	208.238
Empréstimos e financiamentos	7.902	4.579
Outros passivos	4.537	2.564
Total	**292.679**	**215.381**

(b) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Os resultados e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como exposição de crédito a clientes. A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter concentração destes investimentos em um único grupo econômico.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é administrada pela gerência financeira da Empresa. A previsão de fluxo de caixa é realizada mensalmente e monitorada diariamente para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

	Menos de 01 ano	Entre 01 e 02 anos	Entre 02 e 05 anos	Acima de 05 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	280.240	-	-	-	**280.240**
Empréstimos, financiamentos	7.781	121			**7.902**
Outros passivos	4.537	-	-	-	**4.537**
Total	**292.558**	**121**	**-**	**-**	**292.679**
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	208.238	-	-	-	**208.238**
Empréstimos, financiamentos	4.286	172	121	-	**4.579**
Outros passivos	2.564	-	-	-	**2.564**
Total	**215.089**	**172**	**121**	**-**	**215.381**

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados.

O nível de endividamento da Empresa é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

* * *